



DIRETRIZES CURRICULARES E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

Curriculum Guidelines and knowledge production on agrarian, urban and environmental issues

Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Isabel Cristina da Costa Cardoso*

 <https://orcid.org/0000-0001-6495-9702>

Mailiz Garibotti Lusa**

 <https://orcid.org/0000-0002-6007-1383>

Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves***

 <https://orcid.org/0000-0003-4289-2257>

Matheus Thomaz da Silva****

 <https://orcid.org/0000-0002-2397-0355>

* Assistente Social. Doutora em Sociologia. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Rua São Francisco Xavier, nº 524, 8º andar, Bloco E, sala 8023, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 20.550-900. E-mail: icostac2010@gmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social, do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina. (UFSC, Florianópolis, Brasil). Campus João David Ferreira Lima, s/ nº Trindade, Florianópolis (SC), CEP.: 88040-970. E-mail: mailiz.lusa@ufsc.br.

*** Assistente Social. Doutora em Política Científica e Tecnológica. Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. (UFAM, Manaus, Brasil). Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, nº 1200, Coroadó I, Manaus (AM), CEP.: 69067-005. E-mail: socorro.chaves@pq.cnpq.br.

**** Assistente Social. Doutor em Ciências Ambientais. Professor do Departamento de Serviço Social no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. (UFF, Campos dos Goytacazes, Brasil). Rua José do Patrocínio, nº 71, Centro, Campos dos Goytacazes (RJ), CEP.: 28010-385. E-mail: mattseso@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p277-292

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

RESUMO

Este artigo apresenta o acúmulo de saberes engendrados desde 2010 pelo Grupo Temático de Pesquisa Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS) da ABEPSS. As informações inseridas neste trabalho foram coligidas junto a produção bibliográfica, que fundamentam a formação e o trabalho em Serviço Social, e em relatórios das gestões ABEPSS. O artigo relata a trajetória histórica e acúmulo dos debates sobre as questões agrária/urbana/ambiental, seus avanços e limites na implementação da DC. Na perspectiva de ajustar o foco da análise, delimita-se a questão central do campo de estudos e contribuição do GTP: as expressões da questão social que vigoram na conjuntura atual e configuram a problematização histórica e espacial geradas pela dinâmica capitalista na formação social brasileira, a partir das relações sociais estruturantes e reprodutoras dos espaços agrário/urbano/ambiental e dos sujeitos históricos, concretos e diversos. Igualmente, identifica e problematiza lacunas e desafios para adoção das questões agrária/urbana/ambiental, sob perspectiva transversal na implementação dos núcleos de fundamentação das DC, como totalidade que se expressa no movimento dialético e histórico das contradições universais/particulares/singulares na formação social brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Serviço Social. Espaço agrário, urbano e ambiental.

ABSTRACTS

This article presents the accumulation of knowledge engendered, since 2010, by the Thematic Research Group on Agrarian, Urban and Environmental Issues and Social Service (GTP QAUASS) of ABEPSS. The information included in this paper was collected from the bibliographic production, which underlies the training and works in Social Work, and from reports of ABEPSS administrations. The paper reports the historical trajectory and accumulation of debates on agrarian/urban/environmental issues, their advances, and limits in implementing curricular guidelines (CD). In the perspective of adjusting the focus of the analysis, the central point of the field of studies and contribution of the GTP delimits the expressions of the social issue that prevail in the current situation and configure the historical and spatial problematization generated by the capitalist dynamics in the Brazilian social formation, from the structuring and reproducing social relations of agrarian/urban/environmental spaces and historical, concrete and diverse subjects. Likewise, it identifies and problematizes gaps and challenges for the adoption of agrarian/urban/ecological issues, from a transversal perspective in the implementation of the foundations of DC, as a totality that expresses itself in the dialectical and historical movement of universal/private/singular contradictions in social formation Brazilian.

KEYWORDS

Social Issues. Social Work. Agrarian, Urban and Environmental Space.

INTRODUÇÃO

Ainda que sob o signo das iniquidades que predominam na conjuntura vigente, ousa-se celebrar os importantes marcos históricos que fortalecem o compromisso ético-político profissional, como os 75 anos de criação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os 25 anos das Diretrizes Curriculares do Serviço Social Brasileiro e os 20 anos de publicação da Revista Temporalis n. 03. Espera-se que tanto as celebrações, quanto as reflexões apresentadas neste artigo possam servir como convocatória ao conjunto de formadores, formandos e profissionais para envidar esforços voltados às ações teóricas, práticas e políticas para, de modo coerente, conquistar avanços no campo da resistência aos dilemas e desafios que se interpõem à consolidação do projeto ético político profissional.

Ao comemorar os 20 anos da publicação da Revista Temporalis N. 03 de 2001, o Grupo Temático de Pesquisa Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS) apresenta as reflexões acumuladas na última década a partir dos estudos, pesquisas e debates da área temática. Considerando o balanço da produção, os avanços, lacunas e desafios desta discussão, confere-se atenção neste artigo à centralidade da tríade dialética das questões agrária, urbana e ambiental para a fundamentação da formação e do trabalho em Serviço Social.

As reflexões partem do reconhecimento da Temporalis N. 03 como referência histórica para o Serviço Social brasileiro, no que tange os fundamentos teórico-metodológicos sobre a questão social. Ainda considera a análise das produções levantadas pelas coordenações do GTP QAUASS e sistematizadas nos Relatórios de Gestão¹, os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho sobre o debate da área temática na formação profissional, denominado GT Documento, e, finalmente, o debate organizado pelo GTP QAUASS para a Live do Projeto ABEPSS Ao Vivo – 2ª Temporada², que tratou sobre “A terra, conflitos e lutas no campo, na cidade e nas florestas: debate da questão social na perspectiva das Diretrizes Curriculares do Serviço Social”.

A proposta deste artigo, em que pese seus limites, é produzir reflexões que contribuam para impulsionar a consideração da tríade dialética das questões agrária, urbana e ambiental enquanto expressões indissociáveis da questão social, que na perspectiva da totalidade – categoria fundamental do Método em Marx – são indispensáveis para a fundamentação da formação e do trabalho em Serviço Social. O texto está organizado em três partes gerais, onde trata-se primeiramente sobre a trajetória e o acúmulo a partir da produção teórica do campo das questões agrária, urbana e ambiental e das Diretrizes Curriculares (DC). Na sequência, ajustando o foco da análise, aborda-se a centralidade da produção social do espaço agrário, urbano e ambiental para o ensino da questão social e a implementação das DC. Por último, são apresentadas e problematizadas as lacunas e os desafios existentes para a adoção de uma perspectiva transversal à implementação dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares, a partir da tríade das questões agrária/urbana/ambiental, enquanto totalidade que se expressa no movimento dialético das contradições universais, particulares e singulares das manifestações históricas e espaciais da referida tríade na formação social brasileira e através de seus sujeitos concretos. Como fechamento, seguem as considerações finais.

TRAJETÓRIA E ACÚMULOS DE UMA CONSTRUÇÃO PERMANENTE

Nessa primeira parte o texto objetiva oferecer um balanço da trajetória teórico-metodológica do GTP, a partir da produção já sistematizada, destacando como eixos norteadores: 1) a compreensão não fragmentada das chamadas questões agrária, urbana e ambiental como pressuposto metodológico para a análise da dinâmica metabólica e dialética entre sociedade-natureza-cultura; 2) a problematização histórica e espacial das relações sociais capitalistas e do surgimento e desenvolvimento da questão social na formação social brasileira, a partir das relações sociais estruturadoras e reprodutoras dos espaços agrário, urbano e do ambiente e de seus sujeitos históricos, concretos e diversos.

Os pontos de partida para as reflexões ora apresentadas são de duas ordens: uma, das Diretrizes Curriculares, considerando a sua proposta e os avanços e limites da implementação; outra, do acompanhamento específico da área temática, que desde meados de 2010 vem sendo feito pelo Grupo Temático de Pesquisa Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS) da ABEPSS, registrado nos relatórios das consecutivas gestões. A partir disso é possível

¹ Os relatórios estão disponíveis na página da ABEPSS, no link: <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-5/documentos-32>.

² A Live contou com a participação de Mailiz Garibotti Lusa (UFSC), Marcivana Sateré Mawé (COPIME/Comissão de Terra e Moradia) e Nuria Pardillos Vieira (PUC-SP) como debatedoras e Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (UNIFESP) como mediadora. Foi realizada no dia 25 de agosto de 2021 e encontra-se disponível no Canal do Youtube da TV ABEPSS [<https://www.youtube.com/watch?v=5KgDYngToCc>].

reconhecer a trajetória histórica dos debates, mas também os acúmulos e as lacunas na abordagem das questões e espaços agrários, urbanos e ambientais.

Ao olhar para as DC nos seus 25 anos, reconhece-se uma proposta político pedagógica crítica, inovadora e contundentemente voltada à construção de estratégias de afirmação das lutas sociais da classe trabalhadora, na direção da transformação societária. Trata-se de um projeto construído coletivamente, de forma participativa e democrática, que expressa o resultado de um processo histórico de amadurecimento teórico metodológico iniciado ainda na década de 1970, sendo caudatário do Processo de Renovação.

Os elementos centrais que enraízam a abordagem indissociada das questões agrária, urbana e ambiental marcam o projeto profissional, ainda que não sejam nominados e apresentados expressamente. Isso ocorre, pois, as bases para esta abordagem são conferidas pelo método crítico dialético marxista, este sim expresso ao longo das DC, uma vez que é a fonte para a abordagem de cada um dos três núcleos de fundamentos da formação.

Dentre os elementos centrais está a abordagem da realidade, considerada diretriz fundamental da formação, uma vez que do rigor analítico no seu trato dependerá a direção social implicada ao trabalho profissional. Nas DC evidencia-se o Serviço Social como profissão interventiva e que produz transformações na realidade ao passo em que dialeticamente se transforma a partir dela. Assim, compõe um processo histórico que tanto particulariza a profissão no Brasil, quanto a insere como partícipe em processos societários mais amplos constitutivos da formação social brasileira.

A centralidade da realidade também era requisito para a efetiva articulação entre os fundamentos profissionais. “Articular a profissão à realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua *na* realidade” (IAMAMOTO, 2007, p. 55, grifos da autora). Isso requer captar os processos sociais, analisando-os, a fim de desvendá-los para além da aparência fenomênica com que se expressam. Foi nos marcos da redefinição do projeto profissional, iniciada em fins da década de 1970 até meados de 1990, que o significado social da profissão vigente na atualidade é construído, levando em conta

[...] a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 5).

A compreensão da profissão em sua historicidade exige ir além da leitura histórica como mera processualidade de fatos, pelo contrário, requer compreender o Serviço Social na perspectiva de totalidade.

Busca-se, pois, construir uma abordagem do Serviço Social na ótica da totalidade: em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais – científicas e políticas – que, influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais, ao longo do tempo (IAMAMOTO, 2007, p. 191).

É a centralidade da realidade, da formação sócio-histórica brasileira, bem como das categorias historicidade e totalidade para a formação e trabalho profissionais que balizam o

reconhecimento das questões agrária, urbana e ambiental como matéria profissional. Entende-se que nas singularidades de cada uma destas questões, consideradas em suas relações com a totalidade, encontram-se chaves de leitura para os processos societários, em suas dimensões de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade. As formas de exploração, opressões, violências, lutas e resistências só podem ser identificadas a partir da mediação território, espaço e tempo. Isso requer tomar as questões agrária, urbana e ambiental como dimensões constitutivas e, portanto, dialéticas e indissociáveis da realidade. Assim, para o trato de quaisquer particularidades da sociedade brasileira, das expressões da questão social, da formação do Estado, das lutas de classes, do conjunto de direitos e políticas sociais que marcam o campo de trabalho profissional, é necessário considerar tais dimensões. Nelas também se encontram as potencialidades de transformação, que convergem para a direção do projeto profissional.

Esta formulação não será encontrada expressamente nas DC, mas pode ser reconhecida como produto do acúmulo teórico metodológico produzido processualmente ao longo de mais de três décadas.

A problematização histórica e espacial que vem sendo feita pelo Serviço Social sobre as relações sociais capitalistas estruturadoras e reprodutoras dos espaços agrário, urbano e ambiental encontra alguns desafios na sua abordagem. O empobrecimento da classe trabalhadora no campo e nas florestas tem feito aumentar o latifúndio, a concentração fundiária, a destruição ambiental e, com tudo isso, tem acirrado os conflitos fundiários e socioambientais envolvendo a vida humana, as relações sociais e a biodiversidade nos diferentes territórios.

Os territórios urbanos tornam-se domínios repletos de fenômenos e processos, que materializam a produção social desigual e combinada do espaço urbano, baliza a aceleração da urbanização e das contradições que conformam a questão urbana a partir, por exemplo, de indicadores demográficos por renda, cor e raça, grau de escolaridade, trabalho e renda, que expõem as práticas de segregação socioespacial da moradia popular e de amplos segmentos da classe trabalhadora que nela habitam, formando os diversos nomes dos territórios populares: favelas, vilas, alagados, bairros, palafitas, mocambos, loteamentos periféricos. Assim, o crescimento (des)ordenado das cidades, sob a lógica do capital, segrega as populações pobres em áreas precárias de urbanidade, ambientalmente frágeis e/ou degradadas, de mananciais poluídos por dejetos industriais e residenciais, que evidencia situações de injustiça ambiental, baseadas na violação ou não garantia dos direitos sociais e humanos à moradia digna e saudável e ao saneamento, de não priorização de investimentos públicos nas políticas urbanas e desmonte de seus marcos regulatórios.

Nas raízes destes conflitos está a apropriação e uso privado da terra, uma vez que a propriedade, o acesso e uso da terra são componentes estruturais do capitalismo. Ao analisar a sociedade burguesa Marx aponta que a terra se torna mercadoria, propriedade privada que por isso mesmo pode ser comercializada. Trata-se de um tipo de mercadoria diferente, pois ela não se reproduz, não pode ser recriada, é um bem único da natureza. A origem do domínio deste bem nesta sociabilidade ocorre com a apropriação privada do que antes era de domínio comum, legitimado por usos e direitos costumeiros, nas sociedades analisadas por Marx (MARX, 2013). Trata-se de uma mercadoria que por si só gera renda, qual seja a renda fundiária, que não pode se confundir com a mais valia. Outra questão é que, a depender da condição, tamanho, localização e forma de exploração da terra é possível extrair as duas: renda fundiária e mais valia. Por isso, no

capitalismo a propriedade da terra é tão requisitada pelas elites. Sua apropriação representa poder.

Olhando brevemente o processo de configuração da ‘terra como mercadoria’ na sociabilidade brasileira de capitalismo dependente, profundamente submetido ao capital imperialista, vê-se pelos registros historiográficos que, no início da invasão portuguesa, a terra era bem natural de uso coletivo-comunal pelos povos indígenas que ocupavam todo o território e não se encontravam delimitados às fronteiras do que era dominação colonial espanhola ou portuguesa. Com a invasão lusitana todo território foi declarado domínio da Coroa Portuguesa, que durante os primeiros séculos concedeu o poder de ocupação e uso para fins de povoamento e exploração, através do sistema sesmario, para pouquíssimos sujeitos abastados, cristãos e com poder econômico para empreender atividades como a constituição de engenhos, o que também pressupunha o uso da força de trabalho necessária que foi obtida pela escravização indígena, primeiramente, e, posteriormente, através da escravização de negros e negras africanos/as, em larga escala e ao longo de séculos.

A Lei de Terras de 1850 conferiu significado de mercadoria à terra e legitimou a desigualdade social e racial da estrutura fundiária, pois, como afirma Gorender (1978, p. 385), “A Lei de Terras continha dispositivos que vedavam aos pobres o acesso à propriedade fundiária e asseguraram a preservação da estrutura latifundiária vigente”. Associada a ela, no mesmo ano, foi promulgada a Lei de proibição do tráfico negreiro sob pressão política da Inglaterra. Com isso, iniciou-se o processo, propriamente dito, de preparação liberal para a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (LINHARES; SILVA, 2021), inclusive porque “[...] trabalhador livre ontem como hoje significa mercado consumidor” (NASCIMENTO, 2019, p. 88).

Este processo deve ser reconhecido como um “simulacro de libertação” das populações afro-brasileiras. Excluídas do acesso à terra, vivendo agora a rejeição explícita de sua força de trabalho, “[...] se viram atirados a uma ‘liberdade’ que lhes negava emprego, salário, moradia, alimento, roupa, assistência médica e o mínimo apoio material” (NASCIMENTO, 2019, p. 88-89). Trata-se de uma dinâmica geradora do processo de urbanização brasileiro, quando a terra se tornou mercadoria para as elites; possibilidade para o migrante – “[...] era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista [...]” (MOURA, 2019, p. 109) –; e impossibilidade para as populações originárias indígenas e tradicionais afro-brasileiras, excluídas da vida social e falsamente consideradas cidadãs a partir de fins do século XIX (NASCIMENTO, 2016). Isso nos aponta que a apropriação privada da terra e as formas de exploração da força de trabalho estão na raiz da questão agrária e da questão urbana.

Contudo, dialeticamente onde há exploração, também há resistência. Ambos os processos conformam o que convencionamos chamar por expressões da questão social. A resistência secular dos povos indígenas das florestas, que hoje também precisam ser reconhecidos como povos indígenas em contexto urbano que enfrentam com coragem a luta para o reconhecimento de suas terras, do seu bem-viver e dos seus direitos. Resistências também dos povos quilombolas, tão expressivas ao longo destes séculos e que hoje enfrentam o recrudescimento das violências geradas pelo racismo estrutural. A resistência das trabalhadoras e trabalhadores camponeses está em sua organização e luta pela terra e por um modo distinto de viver, trabalhar e produzir, muitos dos quais organizados em movimentos sociais. A luta pela reforma agrária aponta concretamente para outra forma de ocupação e produção da terra, feita de forma coletiva e não baseada na propriedade privada individual. Nas cidades a classe trabalhadora

organiza-se e resiste, pautando o acesso aos serviços e equipamentos sociais, a moradia, o trabalho e a renda. É exemplificativo de todas estas lutas a frente ampla de resistência aos despejos no âmbito urbano e rural, que protagoniza a Campanha Despejo Zero.

Todas estas lutas resultam da estrutura societária capitalista que no Brasil funda-se no domínio imperialista e no modelo de desenvolvimento dependente e colonialista. Estes elementos são estruturantes das relações sociais no campo, nas cidades e na floresta. As lutas sociais são produtos e produtoras desta realidade, seja a partir das raízes históricas que as determinam, seja pelo contexto brasileiro que enfrentam e, principalmente, pela potencialidade na proposição de estratégias coletivas de resistências e de transformação.

AJUSTANDO O FOCO

Parte-se, agora, para a delimitação de uma questão central que compõe o campo de estudos e contribuição do nosso GTP sobre as expressões da questão social e a implementação dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares. Trata-se da compreensão que as expressões da questão social no Brasil, bem como as relações sociais capitalistas que lhes sustentam, não são apenas históricas, mas também espacialmente produzidas/reproduzidas. Assim, o ensino dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares, no plano da formação profissional do Serviço Social, deve incorporar a perspectiva analítica da centralidade da produção social dos espaços urbano e agrário e do ambiente como chave interpretativa e perspectiva analítica da vida social, da formação sócio-histórica brasileira e do trabalho profissional.

Tendo em vista os limites do texto para aprofundamento da referida perspectiva analítica, destacamos a centralidade da terra, da renda fundiária urbana e rural e da propriedade privada para a consideração das condições de produção/reprodução das relações sociais capitalistas, de seus sujeitos concretos e históricos, das lutas sociais e de classe produzidas a partir das contradições e conflitos das relações sociais, da formação e reprodução da questão social e suas diferentes expressões e contradições sobre as quais se exerce o trabalho do assistente social. Parte-se da compreensão que a centralidade teórico-metodológica da tríade terra/trabalho/capital vem ao encontro do fortalecimento da adoção de uma teoria social crítica fundada sob a perspectiva metodológica de totalidade para a compreensão tanto da vida social, na particularidade histórica e espacial da formação social brasileira, quanto do Serviço Social e de suas exigências críticas formativas, investigativas e de intervenção nas relações sociais e no campo da questão social.

Importa, assim, transversalizar tal perspectiva histórica e espacial concernente à relação terra/trabalho/capital na formação profissional, através de componentes curriculares, estratégias e práticas pedagógicas que reafirmem que a produção social do espaço importa para as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da formação profissional do Serviço Social, especialmente para o tratamento crítico, não fragmentador da questão social e suas expressões históricas e territoriais agrárias, urbanas e ambientais na e da vida social.

Como já analisamos os processos de dominação e de expropriação das relações capitalistas e seus impactos espoliadores sobre o uso, a ocupação e as condições de permanência na terra, bem como sobre a relação natureza-cultura, expressam dinâmicas desiguais, violentas e

autoritárias das relações e práticas fundiárias e ambientais no Brasil³, que se particularizam nas escalas das regiões, fundadas sob a absolutização da terra na forma da propriedade privada e de sua consequente concentração e centralização no campo e nas cidades. Portanto, tal análise das práticas que fundamentam a renda fundiária urbana e rural e a transformação da terra e da natureza em mercadorias é fundamental para a problematização das relações sociais capitalistas, de seus sujeitos concretos e histórico, assim como das lutas sociais e políticas produzidas a partir das diferentes contradições agrárias, urbanas e ambientais. É através desses sujeitos, a partir de relações sociais que se territorializam onde a vida cotidiana se processa, que as diferentes expressões da questão social se materializam no trabalho profissional do assistente social, nos equipamentos e programas das políticas sociais públicas e na reprodução da questão social.

A partir da perspectiva histórica da produção social dos espaços urbano e agrário e do ambiente torna-se necessário à formação profissional, no sentido da implementação das DC, problematizar as relações sociais de raça que fundam o racismo estruturalmente e produzem socialmente territórios e territorialidades que reproduzem e interseccionam⁴ as desigualdades raciais e de classe, com impactos racistas, genocidas e etnocidas para a vida da população indígena e de negros e negras no Brasil. Assim, por exemplo, é fundamental ao ensino em Serviço Social, às práticas de extensão e à perspectiva investigativa da formação profissional partir da compreensão que o racismo é uma práxis fundadora das relações sociais, não como forma pretérita de dominação, mas impulsionadora da dinâmica da reprodução expandida do capital e de suas contradições e conflitos que (re)produzem o espaço também racialmente, desde a origem e o desenvolvimento da diáspora africana no Brasil. Essa é oriunda da história social violenta de negros e negras desterritorializados e escravizados para realização do trabalho garantidor da produção e da circulação da riqueza, necessária à formação e desenvolvimento do capital.

Contudo, é preciso reconhecer e interpretar as diferentes formas espaciais diaspóricas, mediadas pelas práticas e estruturas racistas, no tempo presente, que reproduzem estruturalmente e simbolicamente a segregação socioespacial urbana de territórios negros de moradia (ROLINK, 2007; GONZALES, 2020), como as favelas, ocupações, cortiços e loteamentos periféricos, lugares representativos da moradia da população com a qual o Serviço Social atua no seu cotidiano de trabalho. É nesse sentido, por exemplo, que deve ser problematizado o dado demográfico (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011) de 65.8% da população residente nos domicílios particulares permanentes nas favelas do Rio de Janeiro⁵ ser de moradores/as pretos/as e pardos/as. Ou seja, o trabalho do/a assistente social sobre as expressões da questão social, nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, ocorre em territórios

³ Que se expressam sobre o uso, a ocupação e as condições de permanência na terra, bem como na destruição da socio biodiversidade dos biomas brasileiros, com impactos sobre as formas de vida humana e não humana e a produção da cultura, pois essa última acompanha a natureza também como construção e fruto da interação humana, interditando, assim, a representação de uma “natureza intocada”, apartada e esvaziada da vida humana, tal como ainda se faz presente em perspectivas preservacionistas que fragmentam e dicotomizam natureza e cultura e legitimam políticas fundiárias e ambientais autoritárias com relação aos povos originários e tradicionais e seus modos e sistemas de trabalho, alimentares e de vida, baseados, por exemplo, nas práticas e saberes extrativistas.

⁴ O conceito de interseccionalidade é empregado em conformidade com Davis (1997).

⁵ Indicador disponível na base de dados Cidades, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), extraído da pesquisa “Aglomerados subnormais”, a partir do Censo 2010, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25359?detalhes=true>.

negros tanto como expressões do “aquilombamento”, que nos ensina Abdias (NASCIMENTO, 2019), ou da história social da quilombagem, que analisa Moura (2020), quanto da reprodução da práxis racista estruturadora das relações sociais e dos espaços urbanos segregadores da moradia e da cidade.

Da mesma forma, o racismo também se faz presente na produção social da terra e dos territórios no campo e nas condições de vida e trabalho do campesinato preto e pardo empobrecido no Brasil, proprietário das menores porções de terra. Segundo o Censo agropecuário de 2017, que pela primeira vez, após 100 anos de existência, incluiu o indicador de cor e raça, dos 5 milhões de produtores agrícolas do país, em 2017, 52,8% deles eram pretos ou pardos e 45,4% eram brancos. Quando comparada a distribuição de área dos estabelecimentos agropecuários segundo o critério de cor e raça, verifica-se que, entre os produtores que dirigem propriedades com até cinco hectares, a população preta ou parda é maioria, com 65% contra 32,4% de brancos e quanto maior a distribuição da terra ocupada, mais “branca” vai ficando a propriedade e a concentração fundiária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Ressalta-se, ainda que tal perspectiva analítica possibilita ao ensino das DC problematizar e compreender histórica e espacialmente a questão do desenvolvimento da formação brasileira a partir da dialética desigual e combinada:

- 1) da ocupação da terra e dos territórios brasileiros a partir das temporalidades da matriz extrativista e neoextrativista dos processos de colonização e reprodução contemporânea do capitalismo, da divisão territorial do trabalho, da formação das classes sociais e dos fluxos demográficos migratórios inter-regionais e intrarregionais;
- 2) da subordinação da terra como meio de vida e bem comum à condição de mercadoria, assim como da igual subordinação das práticas de acesso e uso da terra através da posse e/ou do uso coletivo/comum à instituição da propriedade privada;
- 3) dos usos sociais e históricos da terra, das águas, nos diversos biomas brasileiros, em seus múltiplos ecossistemas (florestas, cerrados, caatinga, entre outros), que abrigam a socio biodiversidade dos modos de vida ancestrais dos povos originários e de povos tradicionais não capitalistas, expressos pelos diversos grupos étnicos (etnias indígenas, quilombolas, ribeirinhos, faxineiros, extrativistas e outros), com modos singulares de bem-viver anteriores a colonização branca europeia das Américas, que ao longo da formação social brasileira e até os dias atuais continuam sendo violentamente dizimados (genocídio e etnocídio), escravizados ou ainda regulados e controlados pelas políticas indigenistas assimilacionistas ou de integração subordinada e tutelada pelo Estado, enfrentando o recrudescimento das violências e, mediante o racismo estrutural, a negação de direitos conquistados. Contra tal relação histórica e territorial, esses grupos sociais, nas diferentes regiões do país, expressam em suas lutas a resistência secular com formas diversificadas de articulação e insurgência em prol do reconhecimento de sua autodeterminação étnica, linguística e cultural, aliado ao direito de escolher usufruir do desenvolvimento técnico-científico e das políticas afirmativas de cidadania, de modo a assegurar a liberdade de existência não subordinada, pelo respeito aos direitos originários à terra ou ainda de serem admitidos no contexto urbano (índios desaldeados e/ou aldeias urbanas), como bem comum garantidor de suporte material e simbólico de autonomia aos seus modos de vida;

- 4) da produção de relações socio metabólicas entre sociedade-natureza-cultura subordinadas ao capital e indutoras de relações ambientais violentas e degradadoras da natureza, dos modos de vida de grupos e segmentos populacionais, que geram conflitos e danos socioambientais para populações e seus territórios de vida;
- 5) da inserção subordinada e periférica da formação brasileira nas temporalidades e na escala internacional da história social do capitalismo, particularmente como formação sócio-histórica latino-americana;
- 6) da formação do Estado nacional a partir de profundas desigualdades regionais. Assim, o desenvolvimento da divisão social e territorial do trabalho produziu e reproduziu a concentração territorial econômica e urbano-industrial das relações capitalistas da produção de riqueza e valor nas regiões Sul e Sudeste, e em menor proporção na Nordeste, assim como induziu e financiou a expansão da acumulação capitalista tardia e violenta, na direção das fronteiras territoriais das regiões Norte e Centro-Oeste, através de grandes projetos econômicos e de infraestrutura⁶, fundados sobre o aprofundamento da modernização conservadora, da constituição de novas fronteiras agrícolas e neoextrativista, sustentadoras das commodities e da complexificação exponencial das expressões agrárias, urbanas e ambientais da questão social.

O conjunto destas contradições elencadas conforma o campo de compreensão do surgimento e do desenvolvimento da questão social no Brasil como práxis que se territorializa a partir dos homens e das mulheres simples da vida cotidiana da classe trabalhadora na cidade e no campo. Assim, para a implementação de estratégias curriculares e pedagógicas para o ensino dos núcleos de fundamentação da vida social e do trabalho profissional é necessário conhecer, estudar e problematizar quem são esses homens e mulheres simples e heterogêneos/as da vida cotidiana das populações originárias indígenas e tradicionais e dos segmentos mais espoliados e precarizados da classe trabalhadora, que constituem a população com a qual o Serviço Social atua a partir das manifestações da questão social, da sociedade civil e das políticas sociais. Saber como vivem, como representam e praticam as relações sociais e a partir de quais horizontes (impedidos ou não) de futuro e de sociabilidade torna-se, assim, matéria prima da formação e do trabalho profissionais. Para tanto é preciso considerar seus lugares de experiências comuns, mas também particulares, a partir das suas condições e relações de trabalho, do acesso à terra para moradia ou moradia-trabalho, da produção da cultura e dos saberes e práticas populares organizadores da vida cotidiana, das condições de acesso às políticas e serviços de saneamento, de saúde, de educação, de proteção social à vida, de segurança e soberania alimentar e de autonomia para praticar culturalmente seus sistemas alimentares, das inserções nas relações sociais de raça, gênero e diversidade sexual que definem condições de maior ou menor vivência das práticas do racismo estrutural, do sexismo, do patriarcado e da discriminação cis heteronormativa e, conseqüentemente, de exposição a riscos de violências e violações de direitos como o direito à vida.

⁶ Como enfatiza Martins (1993, p.61-62), tais ações do Estado, analisadas pelo autor a partir da ideia da “chegada do estranho”, que também dá título à obra, ocorreram através de “[...] projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatários as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações. [...] Algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o próprio aniquilamento [...]” (MARTINS, 1993, p. 61-62).

LACUNAS E DESAFIOS

Ao fazer um balanço histórico da trajetória e acúmulos do debate sobre as questões agrária, urbana e ambiental é possível identificar algumas lacunas e outros tantos desafios que ainda precisam ser enfrentados. Eis a ênfase nas reflexões apresentadas neste subitem. Inicia-se problematizando a presença ainda incipiente das questões agrária, urbana e ambiental no ensino do Serviço Social, restrita à periferia dos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos nas disciplinas optativas/eletivas, as quais carecem de articulação intrínseca e indissociada com os demais componentes curriculares e matérias.

É ainda mais preocupante quando a lacuna se expressa na ausência de menção objetiva, como ocorre com a questão ambiental. Ora, sobre o núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira das Diretrizes Curriculares (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996), afirma-se que

[...] remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola como elemento fundamental da particularidade histórica nacional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 11).

Por um lado, a menção à configuração urbana, a partir das diversidades regionais, em sua articulação com a questão agrária, está presente justamente no Núcleo de Fundamentos voltado à compreensão da formação sócio-histórica brasileira, o que perfila um avanço para os debates e a concepção sobre as questões urbana e agrária. De outro lado, observa-se a total ausência de menção à questão ambiental, o que revela uma lacuna com raízes mais profundas, que começa a dar passos bastante lentos de superação ainda na década de 1990, a partir da consolidação da hegemonia no plano teórico-metodológico da matriz teórica marxista.

Ao contrário disso, entende-se que é possível partir da obra marxiana em busca de algum sentido ecológico e traçar caminhos interessantes (SAITO, 2021) nesta construção. Segundo o autor, frente a “[...] dissolução histórica da unidade original entre seres humanos e a terra, os produtores só podem se relacionar com as condições de produção como uma propriedade alheia” (SAITO, 2021, p. 40). Essa separação é o ponto de partida das relações de propriedade e produção do capitalismo. Na interpretação do autor sobre as formulações de Marx, o aspecto filosófico necessário para construir novas possibilidades societárias está justamente no movimento de constituir esse reencontro entre a humanidade e a terra.

Da mesma forma, não se deve separar a humanidade da natureza, de modo inverso, há que se considerar a indivisibilidade entre as três ênfases – agrária, urbana e ambiental – para a construção analítica delas como expressões da questão social. No sentido de incorporar o ambiente como parte de todo processo, a totalidade construída no que é essencial para a vida, os pressupostos para a humanidade estar em condições de fazer história é o atendimento das primeiras necessidades de sobrevivências, as necessidades que surgem após a satisfação da primeira necessidade e a condição de procriação tanto biológica quanto social e cultural (MARX, 2017). Conforme sinaliza o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, é preciso fundamentar a concepção do ser social enquanto uma totalidade histórica. É nesse contexto que se deve pensar a relação sociedade-natureza-cultura.

É preciso reafirmar o trabalho enquanto eixo central do processo de reprodução da vida social. Todavia, ao promover o reencontro entre humanidade e natureza, o trabalho, que transforma a natureza ao mesmo tempo que transforma a humanidade, deixa de ser instrumento de dominação da natureza e se faz ponte para construção da articulação entre a humanidade e a natureza. Observar a questão social com essas lentes joga luz sobre particularidades da formação sócio-histórica brasileira, dando centralidade à ocupação das américas e ao processo que se estabelece a partir daí, com extermínio dos povos originais e a captura e importação do negro africano escravizado.

A instalação de colônias de extração de materiais da natureza, em volume abundante para os padrões da época, foi ponto fundamental para o advento do modo de produção capitalista. As sequelas da colonização e do escravismo são fortes e se fazem presentes no racismo estrutural e nas heranças coloniais.

Nesse sentido, quando as Diretrizes Curriculares indicam corretamente o “[...] conhecimento como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade em suas múltiplas determinações [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p 10), estão abertas as veredas para se pensar a contemporaneidade sob aspectos das organizações sociais ancestrais. Isso permite refletir sobre as possibilidades que avançam para além dos limites impostos pelo capitalismo, rompendo de alguma forma com o pensamento eurocêntrico. Por exemplo, o protagonismo dos movimentos indígenas levou até a Constituição Federal do Equador e da Bolívia o conceito de Bem Viver, que significa novas sociabilidades a partir de resignificação da relação humanidade – natureza. Assim, nesses termos, uma contribuição para o ensino da leitura crítica da questão social, deve partir de decompor as heranças coloniais, reconhecendo os conhecimentos ancestrais de sociabilidade e relação com a natureza.

Da mesma forma, há que se destacar os sujeitos e suas resistências nesse processo. Compreender as lutas históricas e as resistências à degradação do ambiente como um processo cujo marco temporal não se limita à metade do século XX, mas se inscreve na história social das revoltas e insurgências dos povos indígenas, da população negra escravizada e dos primeiros enfrentamentos de classe na formação do modo de produção capitalista (ALIER, 2017). Algumas lutas, por exemplo, que tiveram destaque ainda no século XIX, aos nossos olhos de hoje, seriam classificadas como movimentos ambientais. Contudo, naquele período, foram vistos como movimentos operários ou camponeses, já que sequer se admitia movimentos organizados de luta ambiental. Hoje torna-se mais evidente que essas lutas se relacionam diretamente à contaminação pela mineração e a degradação pelo extrativismo, ações similares às engendradas pelos colonizadores após a conquista das Américas.

Compreender esses sujeitos e seus movimentos são elementos essenciais para uma leitura crítica da questão social em nosso tempo, no sentido apontado pelas DC, em que a ação profissional do assistente social se materializa em “[...] um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social [...]”, que significa “[...] reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideopolíticas e econômicas” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 12).

No contexto em que as desigualdades ambientais são produtos do desenvolvimento capitalista, as expressões da questão ambiental também contêm a resistência dos movimentos ambientais.

Ora, “[...] a desigualdade social e de poder está na raiz da degradação ambiental” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 76). Esse encontro desemboca na ecologia política, que tem como ponto de partida os acúmulos de crítica ao produtivismo, ao consumo em excesso e as consequências ambientais. Isso nada mais é do que uma conceituação que se funda na ideia marxiana de superprodução. Daí a importância de olhar para as desigualdades ambientais “[...] tanto sob a forma de proteção ambiental desigual como de acesso desigual aos recursos ambientais [...]” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 73) e refletir sobre as resistências aos processos de degradação e à discrepância no acesso aos recursos naturais.

Esse olhar das condições coloniais da formação brasileira, as particularidades dos sujeitos dos territórios que habitam e a compreensão dialética da relação sociedade-natureza-cultura são elementos norteadores para uma leitura que alcance a totalidade das relações sociais e permitam uma intervenção profissional na direção estabelecida pelas Diretrizes Curriculares (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).

É necessário, contudo, considerar que o processo de formação e de desenvolvimento de pesquisas na atualidade faz o Serviço Social deparar-se com o desafio de aprofundar a perspectiva acima, tendo em vista que, para além de diagnosticar e entender a dinâmica social, econômica e ambiental, os estudos nesta área podem efetivamente contribuir para superação das lacunas de conhecimento que ainda prevalecem.

Esta empreitada poderá tributar a formulação de saberes voltados à proteção e conservação das diferentes formas de organização sociocultural dos povos originários e tradicionais, da classe trabalhadora, das populações das periferias urbanas e rurais e dos povos da floresta. É necessária a construção de aliança para a defesa de seus direitos de existência e de viver em seus diferentes territórios, assegurando seu modo de vida, de trabalho e de produção. Tudo isso encontra-se fortemente ameaçado pela crescente mercantilização das riquezas naturais (minerais, água, do ar e das florestas), que ampliam de maneira acelerada a pilhagem de recursos naturais do planeta.

Considera-se o aprofundamento das relações sociais estruturantes dos espaços agrário, urbano e ambiental ainda como um desafio a ser superado, uma vez que as análises da produção na área temática, que vem sendo apresentadas nos relatórios do GTP QAUASS, sinalizam que as abordagens ainda tratam predominantemente de questões conjunturais, geralmente problematizando, descrevendo e analisando as políticas públicas, especialmente as sociais. Neste sentido, o maior destaque das produções da área acaba sendo conferido à política habitacional. Nota-se com isso a tendência à consideração da relação entre Serviço Social e as questões agrária, urbana e ambiental, a partir da intervenção profissional restrita ao âmbito das ações do Estado e das formas e conteúdos legais, administrativos e normativos das políticas sociais e urbanas, com destaque para a política habitacional urbana.

Em sentido semelhante, percebe-se que é incipiente a permeabilidade dos debates que tenham foco no Serviço Social, uma vez que realmente as políticas públicas ocupam o centro dos interesses investigativos e da produção de conhecimento.

Considerando que as relações sociais são estruturantes dos espaços agrário, urbano e ambiental, e que elas só existem se considerados os sujeitos sociais e políticos que as constituem, entende-

se a relevância da abordagem sobre os sujeitos em suas dimensões de classe, raça, gênero, etnia, geração e de território. No entanto, é residual a presença tanto dos sujeitos individuais, quanto dos coletivos, como por exemplo, os movimentos sociais pouco aparecem.

Isso sinaliza uma frágil relação com o eixo dos fundamentos do trabalho profissional na formação, mas também com o eixo dos fundamentos da vida social. Assevera-se a necessária centralidade dos sujeitos das relações sociais capitalistas, a partir da consideração das dimensões de classe, raça, etnia e de gênero, entre outras dimensões. Dela depende a compreensão sobre as violentas formas de exploração, expropriação e opressão, que fundam estruturalmente e transversalmente a formação brasileira, sob as marcas profundas de uma colonialidade reatualizada.

CONCLUSÃO

A proposta deste artigo foi expor o acúmulo de saberes produzidos pelo GTP QAUASS da ABEPSS, sobre as questões agrária/urbana/ambiental, seus avanços e limites no âmbito da implementação da DC, tendo em vista o compromisso em fortalecer a articulação indissociada dos núcleos de fundamentos da formação e a transversalidade da questão agrária, urbana, ambiental, enquanto expressão da questão social, ao longo dos referidos núcleos.

Ao partir da trajetória da produção de conhecimento do GTP QAUASS, o texto buscou produzir subsídios qualificados para impulsionar as reflexões sobre as expressões da questão social e suas implicações na formação e o trabalho profissional e na implementação das Diretrizes Curriculares. No entendimento de que este século avança no Brasil mantendo velhos desafios, impasses, conflitos e problemas variados que perduram ao longo da formação social e histórica do país. A herança perversa do colonialismo, do patrimonialismo, do coronelismo e mandonismo político das elites, associada aos novos dilemas que surgem pelas inferências da globalização implica em desafios de sobrevivência para a classe trabalhadora. De tal modo que a mundialização do capital e os imperativos de sua crise estrutural compõem um horizonte de múltiplas manifestações da questão social, dentre as quais o acirramento das desigualdades sociais, o aumento da concentração fundiária, destruição ambiental acentuada, o crescimento da pobreza e da miserabilidade, o agravamento da fome, a ampliação do genocídio indígena, o aprofundamento da violência e dos assassinatos cometidos pelo Estado nas periferias através das forças policiais.

A questão agrária, urbana e ambiental é mais que um tema de interesse, sua abordagem na formação de forma transversalizada aos núcleos de fundamentos das Diretrizes Curriculares é determinante para romper com leituras reducionistas de temas, direitos sociais e políticas circunscritos a si mesmos. Por isso, a defesa da perspectiva de totalidade na análise da formação e do trabalho profissional, pois é ela que contribuirá para que as questões agrária, urbana e ambiental não permaneçam marginalizadas no debate profissional e destinadas aos/às poucos/as apaixonados/as pelo tema.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIER, Joan M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. [Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08/11/1996.]. RJ: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 14 mar. 2017.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. São Luiz/MA, **Conferência realizada na Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales**. Centro de Cultura Negra do Maranhã, 1997. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

GONZALES, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: GONZALES, L. Por um Feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios, RJ, Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 2 out. 2021.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: resultados definitivos/IBGE-2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 24 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010 – Aglomerados subnormais – primeiros resultados**. Brasília (DF): IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25359?detalhes=true>. Acesso em: 15 out. 2021.

LINHARES, M.Y.; SILVA, F.C.T. da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARTINS, José de S. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. [Tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. , ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã [1845-1846]**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**. Resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras Negras).

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed.rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

ROLNIK, R. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. São Paulo: Editora Autêntica, 2007, p.75-90.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.